RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras e Notas Explicativas da companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referente aos exercícios sociais findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL - Levantado em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2013	2012		Nota	2013	2012
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	05	3.154	95.598				
Contas a receber	06	26.581	981				
Tributos e contribuições a recuperar	-	2.650	2.680				
Outros ativos	-	-	122				
		32.385	99.381				
Não circulante							
Contas a receber	06	157.939	-				
Títulos e valores mobiliários	07	68.657	67.587				
Créditos com pessoas ligadas	10	2.744	-				
Outros ativos	-	1.326	6				
Investimentos	08	3.550.215	3.642.907				
		3.780.881	3.710.500				
Total do Ativo		3.813.266	3.809.881				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							
PASSIVO							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	09	2.937	10.556				
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	-	3	880				
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10	27.507	49.465				
Outros passivos	-	-	2				
		30.447	60.903				
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	09	2.060.727	2.070.687				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	43.682	-				
Débitos com pessoas ligadas	10	14.548	4.381				
		2.118.957	2.075.068				
Patrimônio líquido							
Capital social	11	1.200.179	1.200.179				
Reservas de lucros	11	453.330	459.817				
Ajustes de avaliação patrimonial	11	10.353	13.914				
		1.663.862	1.673.910				
Total do Passivo		3.813.266	3.809.881				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

Mutações	Capital Social	Reservas de Lucros	Dividendos Propostos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.200.179	101.990	214.981	(217.495)	-	1.299.655
Realização de reserva - Dividendos pagos	-	-	(12.471)	-	-	(12.471)
Realização de reserva	-	(3.492)	-	-	3.492	-
Ajustes de avaliação patrimonial:						
Reversão - Contas a receber	-	-	-	234.020	-	234.020
Reflexo de realização - Imobilizado - Controladas	-	-	-	(2.611)	3.957	1.346
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	200.825	200.825
Destinações propostas:						
Reserva legal	-	10.414	-	-	(10.414)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(49.465)	(49.465)
Dividendos adicionais	-	-	148.395	-	(148.395)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.200.179	108.912	350.995	13.914	-	1.673.910
Realização de reserva - Dividendos pagos	-	-	(90.000)	-	-	(90.000)
Realização de reserva	-	(4.798)	-	-	4.798	-
Ajustes de avaliação patrimonial:						
Reflexo de realização - Imobilizado - Controladas	-	-	-	(3.561)	5.394	1.833
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	105.626	105.626
Destinações propostas:						
Reserva legal	-	5.791	-	-	(5.791)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(27.507)	(27.507)
Dividendos adicionais	-	-	82.520	-	(82.520)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.200.179	109.905	343.425	10.353	-	1.663.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Valores Expressos em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia tem por atividade preponderante a participação em outras sociedades atuando como holding em exploração de concessões de serviços públicos. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Legislação Societária Brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia nessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, se existentes, são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundos da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **b. Instrumentos financeiros: b1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. **b2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. **d. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos, se for o caso, a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **e. Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital volante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliados por equivalência patrimonial. **f. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **g. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. **h. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retilizados por provisão para perdas quando necessário. **i. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações, se ocorridos, são demonstradas em conta redutora do capital, líquido de quaisquer efeitos tributários. **j. Reconhecimento de receitas:** As receitas decorrentes da principal atividade da Companhia têm estado restritas àquelas resultantes da avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas investidas são reconhecidas no resultado operacional. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. **k. Partes relacionadas:** Operações de mútuo financeiro com empresas ou pessoas ligadas são registradas pelos seus valores originais acrescidos de rendimentos às taxas contratuais até a data do balanço. **l. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **m. Segregação entre circulante e não circulante:** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a

365 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **n. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. **o. Demonstrações contábeis consolidadas:** A Companhia detém investimentos nas controladas diretas CR Almeida S/A - Engenharia de Obras e na EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A. Conforme previsto no CPC 36 (R3), que trata dos aspectos de consolidação de entidades controladas, a Companhia é obrigada a preparar e divulgar demonstrações contábeis consolidadas. Entretanto, conforme previsto no item "4 (a)" do mesmo Pronunciamento, a Administração da Companhia se absteve da necessidade de divulgar as demonstrações contábeis consolidadas. As participações societárias da Companhia na controlada estão descritas na nota 8. **4. Combinação de negócios:** Em 17 de outubro de 2012, a Companhia assinou um contrato com a Impregilo International Infrastructures NV para a aquisição de 106.152.825 ações ordinárias (19% do total de ações ON em circulação) da participação na EcoRodovias Infraestrutura e Logística. Essa operação se enquadra nas regras do CPC 15 - Combinação de negócios. O *closing date* da operação foi dia 27 de dezembro de 2012, momento em que as partes cumpriram todas as condições, através dos atos societários e do efetivo pagamento do valor acordado. Consequentemente, nesta data houve a transferência do controle individual. O preço da aquisição total é R\$ 1.989.011 pago em caixa à vista.

	Valor Contábil	Mais-valia	Valor Justo
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	435.621	-	435.621
Outros ativos	49.013	-	49.013
Investimentos	2.216.348	3.881.311	6.097.659
	2.700.982	3.881.311	6.582.293
PASSIVO			
Arrendamentos, empréstimos e financiamentos	574.108	-	574.108
Outros passivos	19.075	-	19.075
Provisões	60	-	60
Tributos diferidos	163	-	163
	593.406	-	593.406
ATIVOS LÍQUIDOS	2.107.576	3.881.311	5.988.887

Devido a EcoRodovias operar como uma holding, os ajustes foram realizados nas investidas e refletidas nos investimentos.

	Mais/Menos Valia
Intangível	(a) 5.989.739
Imobilizado	(b) 33.352
Investimento - STP	(c) 249.448
Arrendamentos, empréstimos e financiamentos	(d) (451.696)
Provisões	(e) (121.737)
Tributos diferidos	(f) (1.937.339)
Passivos Relacionados a Contratos de Concessão	119.544
	3.881.311

A diferença entre a mais-valia apresentada nos quadros acima se refere às participações não controladoras nas controladas Ecosul e Elog S.A. **a. Intangível:** Se refere aos contratos de concessão de estradas, portos secos e marítimos. **b. Imobilizado:** Representa a diferença entre o valor contábil líquido e o valor justo dos ativos imobilizados das controladas de logística e portos. **c. Investimento - STP:** A EcoRodovias Infraestrutura e Logística tem um investimento conjunto na Serviços e Tecnologia de Pagamentos - STP. A mais-valia representa a diferença de seu valor contábil, mensurado por equivalência patrimonial e o seu valor justo, ponderado pela participação acionária. **d. Arrendamentos, empréstimos e financiamentos:** Os passivos financeiros tiveram seus respectivos valores justos determinados com base nos seus fluxos de caixa descontados por uma taxa de mercado. Quando possível, para as debêntures, foi utilizada as suas cotações. **e. Provisões:** A menos-valia representa o valor justo das provisões advindas de obrigações presentes cuja saída de recursos não seja provável. **f. Tributos diferidos:** Diferenças temporárias sobre os ajustes de mais/menos valias. Considera-se que parte do *goodwill* apurado é fundamentado pelo prêmio de controle. Dado o *business* da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A, que é a participação em licitações de concessões, o controle tem um valor significativo. O *goodwill* também tem parte de seu montante motivado pela sinergia entre os negócios da adquirente, adquiridas e seus investimentos. Outra parte relevante do *goodwill* tem origem no não reconhecimento do ativo intangível do contrato de concessão da ECO 101, pois existe expectativa de rentabilidade futura.

	Valores
Custo da Aquisição	1 1.989.012
Valor Justo dos Ativos e Passivos (Líquido)	2 5.988.887
Valor Justo da Participação Adquirida (19%)	(3) = (2) x 19% 1.137.895
<i>Goodwill</i>	(4) = (3) - (1) 851.117

De acordo com o item 19 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) de 2011, que trata da Apresentação das Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia optou por não aplicar o requisito contido no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) de 2011, com relação à questão de remensuração da parte remanescente da participação na EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A, devido o entendimento de que as informações não atendem o objetivo e nem a utilidade das demonstrações contábeis, conforme estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro pelas seguintes razões: i) A Administração da Primav, de uma forma geral, entende que a remensuração de participação societária detida anteriormente a data em que se deu a aquisição do controle individual é correta, várias empresas já adotaram, cujos procedimentos adotados podem ser vistos nas demonstrações contábeis publicadas a partir do exercício de 2010, onde um caso emblemático divulgado é a combinação de negócios envolvendo a Companhia Fíbrica com a Aracruz. Entretanto, em função das características da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., na condição de empresa Holding, que tem a maturidade dos seus segmentos de negócios dada pelo segmento representado por Concessões de Rodovias, o qual, presentemente, é o segmento responsável por parte substancial da geração de caixa e de lucros EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. Em função disso, a maior parte, representando 82% do valor alocado às mais valias de ativos por ocasião da PPA (*Price Purchase Allocation*) da parcela adquirida junto à Impregilo representando 19% do capital social da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., foi alocado no intangível das empresas controladas detentoras de Concessões de Rodovias. A Administração da empresa entende que no caso concreto da aquisição dos 19% que lhe conferiu o controle individual da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., fez a adequada alocação do valor pago consoante às regras do CPC 15 - Combinação de Negócios, pois houve pagamento à contraparte, logo, a alocação aos valores de ativos e passivos, inclusive direito de exploração das Concessões, teve lastro ou origem no valor efetivamente pago à Impregilo. Entretanto, para a participação detida inicialmente, de 44,98%, cujo custo foi formado em passado longínquo, iniciando em abril de 1998, a Administração da Primav entende que a remensuração ao valor justo, para a mesma data onde se obteve o controle individual, significa na essência, aplicação do *deemed cost* (custo atribuído) para parte significativa do intangível de controladas (direito de exploração de Concessão), pelos motivos já comentados, procedimento que é expressamente vedado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como mencionado no item 37 do CPC 37 - R1: "As práticas contábeis adotadas no Brasil e por este CPC não admitem o uso de custo atribuído para ativos intangíveis, investimentos em controladas, controladas em conjunto, coligadas ou outros ativos que não os ativos imobilizados e propriedade para investimento". A Administração da Primav entende que sua remensuração da participação detida anteriormente a aquisição do controle individual equivale a aplicar procedimentos de reavaliação de ativos, o qual foi extinto com o advento da Lei 11.638/08. ii) a aplicação do item da norma, dada a assimetria existente, a Primav já detinha 44% das ações do capital da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., gera informações econômicas temporárias aumento do valor do Ativo e, consequentemente do Patrimônio Líquido, que impacta significativamente os resultados no período seguinte, quando da sua realização, em especial os valores advindos das amortizações do Intangível - direito de exploração da Concessão das controladas indiretas. Esses valores também estão sujeitos a alterações, em razão das condições econômicas, políticas e fatores externos, levando uma maior volatilidade nos resultados da empresa; iii) quando da fixação do preço pago na aquisição das ações, esse valor refletia adequadamente o valor justo dos ativos e passivos daquele momento. Portanto, a Administração julga que o registro dos valores

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)	Nota	2013	2012
Receita líquida das atividades operacionais	12	184.219	207.363
Lucro bruto		184.219	207.363
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	13	(5.395)	(4.525)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	66	4
		(5.329)	(4.521)
Lucro antes dos efeitos financeiros		178.890	202.842
Receitas financeiras	14	199.941	4.008
Despesas financeiras	14	(229.523)	(6.025)
Lucro antes da tributação do imposto de renda e da contribuição social		149.308	200.825
Imposto de renda e contribuição social	15	(43.682)	-
Lucro líquido do exercício		105.626	200.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	(4.779)	(4.958)
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	149.308	200.825
Ajustes por:	31.448	(204.558)
Juros e variações monetárias	215.667	2.805
Resultado de equivalência patrimonial	(176.159)	(207.363)
Amortização de ágio em investimentos	(8.060)	-
RESULTADO AJUSTADO DO PERÍODO:	180.756	(3.733)
Aumento (redução) nos passivos:	(888)	(952)
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(886)	(954)
Outros passivos	(2)	2
Redução (aumento) nos ativos:	(184.647)	(273)
Contas a receber	(183.539)	-
Tributos e contribuições a recuperar	90	(171)
Outros ativos	(1.198)	(102)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	278.745	(1.900.344)
Aplicações em investimentos permanentes	-	(1.989.081)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	278.745	88.737
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	(366.410)	1.990.169
Empréstimos e financiamentos obtidos	1	2.070.687
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(237.234)	(9.684)
Operações de mútuo com empresas ligadas	10.288	(11.583)
Dividendos pagos	(139.465)	(59.251)

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

advindos da remensuração ao valor justo da participação detida anteriormente a data de aquisição do controle individual da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., contraria as práticas contábeis adotadas no Brasil, pois parte substancial da diferença entre valor contábil e valor justo da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas advém do valor do direito de exploração das Concessões de Rodovias, rubrica integrante do Intangível dessas empresas, logo, caso fizesse a remensuração da participação detida anteriormente a data em que se efetivou o controle individual, estaria aplicando o *deemed cost* para item não permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, esses valores não atendem uma informação útil a serem divulgadas aos seus acionistas, e nem mesmo aos credores nas suas

As movimentações ocorridas durante os exercícios foram:

	CR Obras (a)	EcoRodovias (b)	SCP	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	448.571	846.714	4.549	1.299.834
Aquisição de participação societária - Valor patrimonial	-	400.515	-	400.515
Aquisição de participação societária - Ágio pago:				
• Mais valia de ativos líquidos	-	737.449	-	737.449
• Goodwill	-	851.117	-	851.117
Ajuste de avaliação patrimonial	235.366	-	-	235.366
Resultado de equivalência patrimonial	(7.945)	215.886	(578)	207.363
Dividendos destinados	-	(88.737)	-	(88.737)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	675.992	2.962.944	3.971	3.642.907
Realização do valor justo dos ativos e passivos (Líquido)	-	8.060	-	8.060
Ajuste de avaliação patrimonial	1.834	-	-	1.834
Resultado de equivalência patrimonial	(54.036)	230.195	-	176.159
Dividendos destinados	-	(278.745)	-	(278.745)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	623.790	2.922.454	3.971	3.550.215

a. A participação societária na CR Almeida S/A - Engenharia de Obras, cujas atividades preponderantes são a execução e a exploração de todas as áreas da engenharia e construção, foi mantida durante o exercício e corresponde a 99,996387% do seu capital. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a controlada apresentou prejuízo de R\$ 54.085 mil (Prejuízo de R\$ 7.899 mil ao final do exercício de 2012). A situação patrimonial é apresentada a seguir:

	2013	2012
Capital social	659.351	659.351
Reservas de lucros	-	2.798
Ajustes de avaliação patrimonial	10.353	13.914
Prejuízos acumulados	(45.892)	-
	623.812	676.063

b. Conforme mencionado na nota 4, a participação societária na EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. equivalente a 63,988691% (44,988690% em 31 de dezembro de 2011) teve as modificações relacionadas a participação decorrentes da aquisição, durante o exercício de 2012, de 106.152.825 ações representativas de 19% das ações de propriedade da ex-acionista Impregilo International Infrastructures n.v. A aquisição, finalizada em 27 de dezembro de 2012, considerada como combinação de negócios, totalizou R\$ 1.989.081 mil, dos quais, R\$ 1.613.787 mil foram, naquele exercício, provisoriamente identificados como ágio decorrente de contratos de concessão detidos pelas controladas da EcoRodovias e, ainda conforme divulgado na nota 4, durante o exercício de 2013, dentro do prazo de 12 meses estabelecido pelo CPC 15 - Combinação de Negócios em seus itens 14 a 19, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes cujo objeto foi a determinação do PPA - Price Purchase Allocation, o referido ágio foi remensurado e alocado em parte para mais valia de ativos e parte para goodwill. Ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada apresentou lucros de R\$ 397.850 mil e R\$ 422.072 mil, respectivamente. A situação patrimonial é apresentada a seguir:

	2013	2012
Capital social	1.320.549	1.320.549
Reservas de capital	33.611	31.867
Reservas de lucros	717.810	755.160
	2.071.970	2.107.576

9. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Moeda	2013	2012
Passivo Circulante			
• Capital de giro - Bradesco S/A	Nacional	-	8.282
• Debêntures - Juros remuneratórios	Nacional	2.937	2.274
		2.937	10.556
Passivo Não Circulante			
• Debêntures - Principal	Nacional	2.100.000	2.100.000
• Debêntures - Custos de captação a apropriar	Nacional	(39.274)	(29.313)
		2.060.726	2.070.687

a. **Capital de giro - Bradesco S/A:** Como garantia foram oferecidas notas promissórias e avais dos intervenientes garantidores solidários com vencimento final em 2013. Tal empréstimo, enquanto vigente, estava sujeito a atualização pelo CDI acrescido de juros de 0,23% a.m. b. **Debêntures:** Em 26 de dezembro de 2012, foi concluída a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476/2009. A emissão, realizada em série única, teve o montante total de R\$ 2.100.000,00, correspondentes a 2.100 debêntures de valor unitário equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Como garantias reais da operação, na data de emissão, foram oferecidas 183.887.916 ações de emissão da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. das quais a Companhia é detentora, bem como de todas as vantagens e direitos que forem atribuídos às respectivas ações, além da cessão fiduciária de todos os dividendos, lucros, frutos, rendimentos, direitos, juros sobre o capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos de qualquer outra forma pela Companhia. Foi assegurado ainda, como garantia adicional fidejussória, fiança prestada pela sociedade controladora CR Almeida S/A - Engenharia e Construções que é representativo de 150% das debentures emitidas. Segundo regras estabelecidas na escritura de emissão, as ações oferecidas em garantia, avaliadas pelas cotações de mercado, devem equivaler, no mínimo a 120% do valor da dívida (garantia mínima). Tendo em vista ter havido durante o exercício, queda do valor das ações cotadas em bolsa, novas 37.319.949 ações tiveram que ser oferecidas em garantia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, 221.207.865 ações encontram-se alienadas fiduciariamente em atendimento à cláusula de garantia mínima. Essas ações alienadas fiduciariamente, representam, aproximadamente, 62% da totalidade das ações de propriedade da Companhia. As debêntures renderão juros a taxa correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida exponencialmente de um spread de 2,45% ao ano, também na base de 252 dias úteis. Tais juros serão pagos semestralmente a contar da data de emissão, ou seja a cada 26 de junho e 26 de dezembro de cada ano a partir de 2013, inclusive. A amortização ocorrerá em seis parcelas anuais, conforme a seguir:

Parcelas	Fração do Valor Nominal Unitário	Valor Equivalente	Data de Vencimento
Parcela 01	10,00%	210.000	26/12/15
Parcela 02	6,67%	140.070	26/12/16
Parcela 03	3,33%	69.930	26/12/17
Parcela 04	13,33%	279.930	26/12/18
Parcela 05	16,67%	350.070	26/12/19
Parcela 06	50,00%	1.050.000	26/12/20
	100,00%	2.100.000	

c. **Evento subsequente - Emissão de Notas Promissórias:** Em 28 de janeiro de 2014, a Companhia foi autorizada a emitir até 30 (trinta) notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor nominal unitário de R\$ 5.000 mil, perfazendo o montante total de até R\$ 150.000 mil, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada ("Instrução CVM 134"), da Instrução CVM nº 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada, e segundo os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Oferta Restrita"). Desta emissão, até a data da conclusão das presentes demonstrações contábeis, foram emitidas 15 Notas Comerciais no montante total de R\$ 75.000 mil com vencimento em 27 de julho de 2014. Para garantir o cumprimento imediato e integral de todas as obrigações, principais e acessórias atualmente devidas ou que possam ser devidas no futuro pela Companhia nos termos das Notas Comerciais, a Companhia concordou em alienar fiduciariamente em garantia, em favor dos titulares das Notas Comerciais, representados pelo Agente de Notas, 13.100.000 (treze milhões e cem mil) ações de sua titularidade, de emissão da EcoRodovias I&L, negociadas na BM&FBOVESPA sob o símbolo (ticker) "ECOR3". Essas ações alienadas fiduciariamente, representam, aproximadamente, 4% da totalidade das ações de propriedade da Companhia. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, acrescida de um spread ou sobretaxa de 1,90% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a data de emissão até a data da efetiva liquidação. **10. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas, no caso de mútuo financeiro, são formalizadas através de contratos, com prazo de vencimento indeterminado. As atualizações são feitas com base na taxa média de endividamento e realizadas em condições específicas determinadas pela Administração da Companhia. Portanto, a posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas nestas negociações. Se realizadas com terceiros, poderiam gerar resultados diferentes para a Companhia.

	2013	2012
Ativo não circulante		
Créditos com pessoas ligadas		
• CR Almeida S/A - Engenharia e Construções	2.709	-
• Amanda Gracielle Veiga de Almeida	2	-
• Cesar Beltrão de Almeida	9	-
• Denise Beltrão de Almeida Cassou	9	-
• Eduarda Guimarães de Almeida	2	-
• Marcelo Beltrão de Almeida	9	-
• Maria Fernanda Beltrão de Almeida	2	-
• Roberta Guimarães de Almeida	2	-
	2.744	-

	2013	2012
Passivo circulante		
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		
• CR Almeida S/A - Engenharia e Construções	27.507	49.465
	27.507	49.465

	2013	2012
Passivo não circulante		
Débitos com pessoas ligadas		
• CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	14.548	4.196
• Amanda Gracielle Veiga de Almeida	-	11
• Cesar Beltrão de Almeida	-	46
• Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	46
• Eduarda Guimarães de Almeida	-	12
• Marcelo Beltrão de Almeida	-	46
• Maria Fernanda Beltrão de Almeida	-	12
• Roberta Guimarães de Almeida	-	12
	14.548	4.381
	2013	2012

	2013	2012
Resultado do exercício		
Receitas financeiras - Encargos de operações de mútuo		
• CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	1.185	-
• CR Almeida S/A - Engenharia e Construções	1.681	2.125
	2.866	2.125

Despesas financeiras - Encargos de operações de mútuo

• CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	-	2.344
	-	2.344

11. Patrimônio líquido: a. Capital social - O capital social subscrito e integralizado está representado por 1.200.179.131 ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Ações	%
CR Almeida S/A - Engenharia e Construções	1.200.178.639	99,999959
Participare - Administração e Participações Ltda.	339	0,000028
PIO XII - Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A.	153	0,000013
	1.200.179.131	100,000000

b. **Reservas de lucros: b.1. Reserva legal** - R\$ 87.997 mil (R\$ 82.206 mil em 31 de dezembro de 2012), é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do que estabelece a Lei das Sociedades por Ações, considerando ainda as limitações previstas no Art. 193 daquela Lei. **b.2. Reserva de lucros a realizar** - R\$ 21.908 mil (R\$ 26.705 mil em 31 de dezembro de 2012) é constituída pela parcela não realizada de ágio registrado na controlada indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. originada pelo registro, em exercícios anteriores, de reserva de reavaliação anteriormente existente na controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A e que, no exercício social de 2008, foi estornada. Os reflexos na sua controladora direta foram então computados como ágio decorrente da mais valia dos ativos imobilizados daquela empresa, não havendo reflexos no patrimônio líquido. Assim, como forma de refletir com adequação o estorno de reserva de reavaliação, o montante existente foi considerado como reserva de lucros a realizar, o qual vem sendo realizado na mesma proporção da amortização do ágio que lhe deu origem. **c. Dividendos e juros sobre o capital próprio** - De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da legislação societária, os quais montaram em R\$ 27.507 mil (R\$ 49.465 mil em 31 de dezembro de 2012). Além disso, a Companhia destinou no exercício de 2013 R\$ 82.520 mil (R\$ 148.395 mil em 2012) a título de dividendos adicionais representativos da proposta da Administração que, segundo disposições contidas no ICPC 08, foram mantidos em reserva no patrimônio líquido para deliberação por parte dos acionistas. Durante o exercício a Companhia efetuou pagamento de dividendos de R\$ 90.000 mil (R\$ 12.471 mil em 2012) correspondentes a valores anteriormente mantidos em reserva de dividendos. Esses dividendos, acrescidos dos valores pagos a título de dividendos obrigatórios, totalizaram, no exercício, R\$ 139.465 mil (R\$ 59.251 mil em 2012). **d. Ajustes de avaliação patrimonial** - Refere-se ao registro reflexo (por equivalência patrimonial) da controlada CR Almeida S/A - Engenharia de Obras referente a contrapartida do registro da mais valia de bens integrantes de propriedades para investimento e do ativo imobilizado apurados nos termos do ICPC 10. **12. Receita operacional líquida**

	2013	2012
Resultado de equivalência patrimonial	176.159	207.363
Realização da mais valia de ativos líquidos de investimento	8.060	-
	184.219	207.363

13. Despesas gerais e administrativas - Por natureza:

	2013	2012
Pessoal e encargos	297	110
Serviços de terceiros	4.570	3.636
Tributos	81	185
Viagens e estadias	331	405
Outros custos e despesas	116	189
	5.395	4.525

	2013	2012
Receitas financeiras:		
• Pessoas ligadas	2.866	2.125
• Aplicações financeiras	3.616	1.770
• Derivativos - Swap - Ajuste a valor justo	193.398	-
• Outras	61	113
	199.941	4.008
Despesas financeiras:		
• Empréstimos e financiamentos	219.654	3.670
• Pessoas ligadas	-	2.344
• Derivativos - Swap - Perdas	9.859	-
• Outras	10	11
	229.523	6.025

15. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto sobre a renda e para contribuição social sobre o lucro líquido são baseadas no lucro tributável dos exercícios. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Muito embora a Companhia possua prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social nos montantes de R\$ 238.348 mil e R\$ 238.485 mil (R\$ 74.959 mil e R\$ 75.096 mil em 31/12/2012), respectivamente, e adições temporárias no montante de R\$ 3.700 mil (R\$ 3.700 mil em 31/12/2012), que gerariam ativos fiscais diferidos nos montantes de R\$ 82.309 mil (R\$ 26.757 mil em 31/12/2012), em função da incerteza sobre a efetiva possibilidade da recuperação em períodos futuros, conservadoramente, não foram constituídas provisões ativas sobre esses créditos fiscais. Sobre o montante líquido das rendas a receber decorrentes da operação de *Total Return Swap* mencionadas na nota 6.c, cuja tributação deverá ocorrer quando da sua efetiva realização financeira, foram constituídas as provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas. Considerando que, quando dessa tributação será possível aproveitar parte do saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, tal constituição de provisão passiva foi efetuada pelo seu valor líquido, conforme segue:

	Valores
Rendas a Receber - Total Return Swap	
• Valor pelo custo amortizado	(9.859)
• Ajuste a valor justo	193.398
	183.539
• (-) Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	(55.062)
Base de cálculo	128.477
Alíquota combinada	34,00%
Total da provisão	43.682

16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando

assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado. As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração. **i) Risco de exposição às variações cambiais** - A exposição de risco de variações cambiais está na ponta passiva no derivativo *"Total Return Swap"*. **ii) Risco de Taxa de Juros** - Esse tipo de risco é proveniente das operações de instrumentos financeiros da Companhia contratados com o indexador CDI. **Análise de Sensibilidade:** A Companhia apresenta o quadro de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxa de juros em que está exposta. A análise de sensibilidade do derivativo *"Total Return Swap"* está apresentada pelo valor líquido, de acordo com a condição do contrato. A ponta ativa do *"Total Return Swap"* está exposta a variação da taxa do CDI e a ponta passiva pela variação da taxa do dólar acrescida de juros 10,85% a.a., e no teste de sensibilidade está sendo estressado apenas uma das variáveis, mantendo-se as demais constantes. A seguir estão demonstrados os resultados prováveis que seriam obtidas nos próximos 12 meses, utilizando para o cenário II a deterioração de 25% e no cenário III a deterioração de 50% nas taxas:

Exposição a Taxa de Juros				
Ativo	Exposição	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Total Return Swap	Diminuição do CDI	29.895	23.707	20.993
Passivo	Exposição	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Debêntures	Aumento do CDI	(268.789)	(320.671)	(372.138)
Exposição a Taxa de Câmbio	Exposição	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Total Return Swap	Alta do Dólar	29.895	26.337	23.038

iii) Risco de Liquidez - O risco de liquidez envolve a capacidade da Companhia em manter recursos em caixa, aplicações no mercado aberto e disponibilidades de linhas de crédito com o objetivo de liquidar as suas obrigações. A Administração mantém gestão prudente com o objetivo de manter a sua liquidez nos vencimentos das suas obrigações. a) O quadro a seguir, demonstra o vencimento dos ativos e passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas referenciais divulgadas pela BM&F.

R\$ mil				
Componentes	2014	2015	2016	2017 em Diante
Ativo				
• Total Return Swap	28.042	38.647	69.416	147.049
Passivo				
• Debêntures	264.194	492.622	585.468	2.182.856

b) O quadro de instrumentos financeiros por categoria se encontra apresentado no quadro a seguir:

Ativo		31/12/2013		31/12/2012	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
• Total Return Swap	Mensurado pelo valor justo por meio de resultado	(9.859)	183.540	-	-
Passivo					
• Debêntures	Outros passivos financeiros	2.102.937	2.102.937	2.102.274	2.102.274

O valor justo das debêntures foi calculado conforme o PU - Preço Unitário divulgado em 31 de dezembro de 2013. O Total Return Swap foi baseado no fluxo de caixa descontado das parcelas a vencer, utilizando as taxas indicativas divulgadas pela BM&F. **17. Seguros:** A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **18. Ônus, Avais e Garantias:** Adicionalmente às ações de emissão da controlada EcoRodovias de propriedade da Companhia cujo detalhamento é divulgado na nota 9.b e 9.c, a Companhia não possui ônus adicionais sobre seus ativos, porém figura como avaliada e/ou garantidora de diversas operações financeiras contratadas por outras empresas do grupo econômico ao qual pertence, cujos saldos devedores em 31 de dezembro de 2013 montam R\$ 23.681 mil (CR Almeida S/A - Engenharia de Obras R\$ 22.082 e IBQ - Indústrias Químicas S/A R\$ 1.599 mil). Além disso, a Companhia, juntamente com sua controlada CR Almeida S/A - Engenharia de Obras, figura como garantidora em operação de crédito onde a sociedade controladora CR Almeida S/A - Engenharia e Construções contratou Nota Promissória junto a instituição financeira "Precatórios CPU II - Fundo de Investimentos e Direitos Creditórios Não-Padronizados", cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 344.725 mil. **19. Medida Provisória 627:** A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, e suas alterações posteriores. Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. Tendo em vista as diversas discussões e incertezas ainda existentes no mercado acerca da interpretação das disposições supracitadas, a Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada. Baseada na avaliação inicial realizada e no atual entendimento do mercado. A Administração entende que ainda não é possível determinar se haverá efeitos materiais nas Demonstrações Contábeis da Companhia. **20. Aprovação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria da Companhia em 10 de Março de 2014.

Rio de Janeiro (RJ), 31 de Dezembro de 2013.
Cesar Beltrão de Almeida - Diretor Presidente
João Alberto Gomes Bernacchio - Diretor Administrativo-Financeiro
David Dangui Nepomoceno - Contador CRC.PR 046.200/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS